

Portugal: A democracia atual precisa de um "fix" urgente para sobreviver

Publicado em 2025-10-02 14:07:50

**POR UMA
COMISSÃO
DE ÉTICA
com
PODERES
VINCULATIVOS**

Proposta Constitucional: Comissão Nacional de Ética e Integridade Pública

Box de Factos:

O objetivo é criar um quarto pilar democrático em Portugal, dedicado exclusivamente à proteção dos cidadãos contra abusos políticos, económicos e institucionais. Um órgão cívico, independente, com poderes vinculativos e legitimidade popular.

1. Missão

A Comissão Nacional de Ética e Integridade Pública (CNEIP) tem como missão salvaguardar a ética, a moral pública e a integridade do exercício do poder político, económico e social em Portugal. O seu dever é proteger o interesse comum contra a cleptocracia, o abuso de poder e a corrupção estrutural.

2. Seleção dos Membros

- Comissão composta por **10 cidadãos**, com idades entre os 40 e os 65 anos.
- Seleção inicial feita por sorteio aleatório supervisionado por computador.
- Os candidatos sorteados serão sujeitos a um **processo de avaliação** com provas escritas e orais em áreas como literatura, filosofia, ética, história e cultura geral.
- A supervisão direta do processo de seleção caberá ao Presidente da República, garantindo imparcialidade e transparência.

3. Critérios de Elegibilidade

Os candidatos deverão ter a sua vida pessoal e profissional **totalmente escrutinada**, dentro dos limites legais e respeitando a dignidade individual, para garantir:

- Ausência de condenações criminais ou processos judiciais pendentes relevantes.
- Transparência total em património e rendimentos.
- Histórico profissional e cívico isento de práticas ilícitas ou de favorecimento político/partidário.

- Reconhecimento público de integridade e idoneidade.

4. Mandato e Funcionamento

- Mandato de **3 anos**, não renovável.
- Reuniões semanais com caráter público e ata publicada em Diário da República.
- Decisões tomadas por maioria qualificada (mínimo de 7 membros). Em caso de unanimidade, a decisão é automaticamente vinculativa.

5. Poderes

A Comissão terá competência para:

- Analisar casos de ética pública envolvendo políticos, banqueiros, empresários e figuras públicas.
- Emitir recomendações vinculativas de suspensão ou destituição temporária de funções.
- Remeter casos graves ao **Tribunal Constitucional**, que decidirá em última instância.
- Requisitar documentação e convocar personalidades para prestar esclarecimentos.

6. Relação com o Povo

A CNEIP representará diretamente o povo português. Não terá ligação a partidos, governos ou corporações. Será o reflexo da consciência nacional, uma espécie de *senado da virtude*, vigilante do bem comum.

NENHUM PODER ACIMA DA ÉTICA



*Proposta de criação da Comissão Nacional de Ética
e Integridade Pública*

*Porque a democracia só é verdadeira quando é
também ética.*

*Com esta Comissão, Portugal criaria um novo contrato
moral:*

*nenhum poder acima da lei, nenhuma função acima da
ética,*

nenhuma riqueza acima da dignidade do povo.

Proposta elaborada por **Francisco Gonçalves & Augustus
Veritas**

Publicado em [Fragmentos do Caos](#)

Leia por favor o Documento detalhado sobre esta Comissão



Download do PDF



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)



[Ebooks](#)



[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)

Se esta ideia o inspirou e quer participar nesta iniciativa, não hesite contacte-nos aqui. Obrigado.

[fc_contact_form]